

Cargos e Funções:

Novembro 2013 até à presente data — Reitoria da Universidade de Lisboa, Diretora de Serviços do Gabinete de Projetos.

Janeiro 11 até novembro 2013 — Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa, Diretora Executiva Adjunta.

Janeiro 11 até junho 2012 — Universidade de Lisboa, Coordenadora da Gestão Administrativa e Financeira dos Museus da Politécnica da Universidade de Lisboa.

Abril 10 a dezembro 10 — Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa, Chefe de Divisão da Área de Orçamento.

Dezembro 08 a abril 10 — Reitoria da Universidade de Lisboa, Chefe da Divisão de Recursos Financeiros.

Fevereiro 08 a novembro 08 — Casa Pia de Lisboa, Serviços Centrais, Diretora da Unidade de Assuntos Financeiros.

Julho 02 a janeiro 08 — Casa Pia de Lisboa, Provedoria, Chefe da Divisão de Contabilidade e Património.

Junho 99 a julho 02 — Casa Pia de Lisboa, Provedoria, Coordenação da Divisão de Contabilidade e Património, nomeada Técnica Superior de 2.ª Classe em 8 de maio de 2000.

Abril 99 a maio 99 — Casa Pia de Lisboa, Provedoria, Coordenadora da implementação do projeto de inventariação dos bens patrimoniais da Instituição.

Dezembro 98 a março 99 — Casa Pia de Lisboa, Colégio de Santa Catarina, Coordenadora dos Serviços Administrativos.

Setembro 95 a dezembro 98 — Escola Secundária de Sines, Professora da disciplina de Matemática no Ensino Secundário, tendo sido Responsável de Grupo.

Fevereiro 95 a agosto 95 — Gerente de uma unidade em regime de “franchising” inserida na cadeia de “fast-food” “Telepizza”.

Tem participado em vários cursos de formação de que se destacam diferentes “Diplomas Especializados”, em que obteve aprovação, como o FORGEP e o CAP.

310999691

JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 27/2018

Ao abrigo do estatuído no artigo 8.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários; consideradas as informações transmitidas pelo Conselho Superior da Magistratura, pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e pela Procuradoria-Geral da República, quanto ao número possível de magistrados necessários; ponderada a capacidade disponível dos recursos humanos e logísticos do Centro de Estudos Judiciários e a necessidade de manutenção de critérios de exigência de qualidade relativos à formação de magistrados, autorizo a abertura de concursos de ingresso no Centro de Estudos Judiciários para preenchimento de 128 lugares de auditores de justiça, fixando do seguinte modo o número de vagas a preencher em cada magistratura:

48 vagas para a magistratura judicial;

30 vagas para a magistratura dos tribunais administrativos e fiscais;

50 vagas para a magistratura do Ministério Público.

13 de dezembro de 2017. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

310995527

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 28/2018

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero a seu pedido das funções de técnico especialista do meu gabinete, o licenciado Hugo Daniel Caronho de Sousa com efeitos a 1 de dezembro de 2017, funções para as quais havia sido designado pelo Despacho n.º 5267/2016, de 24 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de abril.

2 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

15 de dezembro de 2017. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

311002597

Direção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extrato) n.º 29/2018

Para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despachos concordantes da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e por acordo da Assistente Técnica, Paula Cristina Almeida Cristo, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria da referida Assistente Técnica, no mapa de pessoal da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, nos termos do disposto no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de janeiro de 2018. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

13 de dezembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.
310995705

Despacho (extrato) n.º 30/2018

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o disposto no artigo 45.º e seguintes da LTFP, torna-se público que o Licenciado Joaquim Almeida Cordeiro de Sousa, concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de Técnico Superior, com a avaliação final de 16,17 valores, na sequência da celebração com a Direção-Geral da Política de Justiça de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de posto de trabalho no respectivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao 15.º nível da tabela remuneratória única.

A presente conclusão do período experimental foi homologada, por meu despacho, de 13 de dezembro de 2017. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

14 de dezembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.
310997625

CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 31/2018

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea a) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, cessa funções de técnica especialista do meu gabinete, para as quais foi designada pelo Despacho n.º 6784/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio, Teresa Carla Bizarro Almeida.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018.

15 de dezembro de 2017. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carriho de Castro Mendes*.

311002831

CULTURA E CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR

Biblioteca Nacional de Portugal

Aviso n.º 6/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 24 de novembro de 2017, foi homologada a avaliação final do período experimental da trabalhadora Sílvia da Costa Antunes na carreira/categoria de assistente técnico. O referido período experimental foi concluído com sucesso, tendo-lhe sido atribuída a classificação de 15 valores, de acordo com o processo de avaliação previsto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP.

7 de dezembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.
311005042